

**COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO  
PÚBLICO - CTASP**

**PROJETO DE LEI Nº 2648, DE 2015.**

**(Do Supremo Tribunal Federal)**

*Altera dispositivo da Lei nº 11.416, de 15 de dezembro de 2006, Plano de Carreira dos Servidores do Poder Judiciário da União e dá outras providências.*

**EMENDA ADITIVA**

Incluem-se, os seguintes artigos renumerando-se os artigos subsequentes:

Art. xx. O inciso II do art. 4º da Lei 11.416 de 15 de dezembro de 2006 passa a vigorar com a seguinte alteração:

Art. 4º .....

..... (NR)

I. ....

II. Carreira de Técnico Judiciário: **execução de atividade técnica e administrativa;**

III. Carreira de Auxiliar Judiciário: **execução de tarefas básicas de apoio operacional.**

Art.xx. O inciso II do art. 8º da Lei 11.416 de 15 de dezembro de 2006, passa a vigorar com a seguinte alteração:

Art. 8º .....

.....(NR)

I. ....

II. para o cargo de Técnico Judiciário, **curso superior completo, em nível de graduação**, correlacionado com a especialidade, se for o caso.

III. para o cargo de Auxiliar Judiciário, **curso de ensino médio, ou curso técnico equivalente, correlacionado com a especialidade**, se for o caso.

## **JUSTIFICATIVA**

A presente emenda propõe alterar Lei 11.416/06, para exigir o curso superior para ingresso na carreira de Técnico Judiciário e o curso médio na carreira de Auxiliar Judiciário, **sem implicação orçamentária**.

As justificativas para alterar a escolaridade do cargo são as mais diversas:

### **1. Garantia da transparência quanto ao real grau de dificuldade do concurso público.**

Durante o processo seletivo os candidatos são submetidos a provas que exigem conhecimentos em várias áreas do Direito, disciplinas ofertadas apenas em curso de nível superior. Como exemplo, nos concursos do Judiciário Federal para o ingresso no cargo de Técnico, é comum nos certames a cobrança de conhecimentos específicos de Direito Constitucional, Direito Administrativo, Direito Civil, Direito Processual Civil, Direito do Trabalho, Direito Processual do Trabalho, Direito Eleitoral, Legislações especiais, dentre outros. Isto é, exigem-se conhecimentos de nível superior para o cargo de nível médio. Ressalte-se que não existe em nosso país nenhuma escola de nível médio que contenha em sua grade curricular os conhecimentos citados acima.

### **2. Desde a criação dos órgãos do Poder Judiciário da União os servidores de nível médio exerceram atividades e atribuições de nível superior. Destarte, é importante registrar que o quadro de Técnicos Judiciários é composto por 95% de servidores com graduação ou pós-graduação.**

A modernização do Poder Judiciário Federal tem como objetivo reduzir a lentidão dos processos judiciais através da melhoria da qualidade e eficácia de suas decisões, cuja finalidade é o aprimoramento da gestão dos serviços prestados à sociedade. Para tanto, faz-se necessário grandes investimentos em capacitação técnico-profissional destes servidores, além de conhecimentos científicos que seriam supridos com a exigência da graduação de nível superior para os Técnicos Judiciários.

### **3. Grau de complexidade dos serviços realizados pelos Técnicos Judiciários.**

No julgamento do Pedido de Providência nº 50/2005 do CNJ, segundo o relator, o Conselheiro Marcus Faver, as funções exercidas pelo Técnico Judiciário são citadas pelo referido relator por possuir como marco principal a interpretação ou utilização preponderantemente de conhecimentos jurídicos. Segue: “Um oficial de justiça, um Técnico Judiciário, um auditor-fiscal, por exemplo exercem suas funções a partir de uma interpretação da legislação, seguida de uma aplicação de princípios jurídicos ao caso concreto.”

Com a implantação do Processo Judicial Eletrônico - PJE a situação se agravou, e hoje, nos Tribunais que já adotam o referido sistema, praticamente todos os Técnicos Judiciário lidam com o processo judicial e outras atividades de nível superior. Tornou-se regra os Técnicos Judiciários atuarem como mão de obra qualificada em questões que envolvem elevado padrão de

conhecimento, mediante ocupação de cargos de direção e chefia, bem como assessoramento direto de magistrados, elaboração de estudos, pesquisas, relatórios, pareceres, minutas de despacho, decisões e sentenças, etc., isto é, execução de atividades de elevado grau de complexidade, assim como os Analistas Judiciários.

#### **4. Possibilidade de fixação de critérios de seleção condizentes com as necessidades da Administração, em benefício do Interesse Público.**

É necessária a adequação do nível de escolaridade e a identificação formal das atividades exercidas pelos Técnicos Judiciários para que o gestor possa realizar concurso para suprir as reais necessidades do órgão e obedecer aos princípios que regem a Administração Pública.

A valorização dos servidores não deve ficar restrita somente ao âmbito financeiro. É necessário, também, ampliar as exigências de preparo para ingresso no cargo e retratar a realidade atual vivida pelos servidores e pelo País, inclusive no concernente às exigências na seleção dos candidatos e à responsabilidade e complexidade das atribuições a serem desempenhadas.

#### **5. Várias carreiras públicas já se modernizaram e exigem nível superior para aqueles cargos que antes exigiam nível médio.**

Tomam-se como paradigmas as carreiras organizadas em nível superior dos Poderes Executivo e Legislativo que antigamente exigiam nível intermediário, a exemplo da Receita Federal do Brasil (Técnico da Receita Federal do Brasil); Polícia Rodoviária Federal; Polícia Federal (Agente, Escrivão e Papiloscopista); Polícia Militar do DF (Soldado); Corpo de Bombeiros Militar do DF; Polícia Civil do Estado de Minas Gerais (Investigador e Escrivão); Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais; **Tribunal de Justiça do Rio Grande do Norte (Auxiliar Técnico)**; Polícia Civil do Rio Grande do Norte (Escrivães e Agentes) e vários outros órgãos estaduais e municipais.

#### **6. A exigência de nível superior de escolaridade para ingresso no cargo de Técnico Judiciário não gera impacto financeiro.**

A necessária alteração da Lei nº 11.416/2006 para exigir nível superior para ingresso no cargo de Técnico Judiciário não aumenta despesa e não representa elevação salarial.

#### **7. Aplica o que já foi decidido pelo STF.**

O STF já possui jurisprudência pacificada no sentido da validade constitucional da norma que passou a exigir nível superior nos próximos concursos para os cargos técnicos e de que a mudança de nível médio para superior é constitucional (não ofende o disposto no art. 37, inciso II e parágrafo 2º da CF). Ver, por exemplo, o decidido na Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 4303. **No Tribunal de Justiça do Rio Grande do Norte a exigência para ingresso no cargo de Auxiliar Técnico passou de nível médio para superior (Lei 372/2008). O mesmo ocorreu com Escrivães e Agentes da Polícia Civil daquele Estado (LCE 348/2007).** O que aconteceu foi o estabelecimento da exigência de nova escolaridade para as mesmas funções, face ao acréscimo

de responsabilidades e do interesse da administração pública na melhoria da prestação do serviço.

8. O cargo de Técnico Judiciário, erroneamente classificado como de nível médio, está em processo de extinção.

Na Administração Pública Federal, o processo de terceirização e extinção dos cargos dos níveis de 2º e 1º graus (médio e fundamental, atualmente) ocorre desde 1967, no mínimo, tendo como meio legal o DL 200-67, que estabeleceu ampla descentralização executória, sendo mantido, contudo, o absoluto controle político, por meio da nomeação de gestores nos principais cargos e cadeias inteiras de comando que fossem alinhadas ao regime.

9. As entidades sindicais discutiram e aprovaram nas respectivas bases a mudança da exigência de escolaridade do cargo de Técnico Judiciário para nível superior.

Neste ano de 2015, a maioria absoluta das entidades sindicais **consultou** a base de filiados no respectivo Estados e **aprovou** a mudança da exigência de escolaridade dos Técnicos Judiciários para nível superior, como forma de valorização da carreira. O resultado foi unânime na maioria das assembleias que contaram com ampla participação da categoria, técnicos e analistas judiciários.

Na certeza de contar com o apoio dos nobres pares, peço a aprovação da referida emenda que propõe mudança na exigência de nível superior para o cargo de Técnico Judiciário a fim de fortalecer a estrutura organizacional do Poder Judiciário Federal, através da valorização do capital humanos compatível com a responsabilidade das atividades de alta complexidade destes profissionais.

Sala das Comissões, em \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ 2015

**Deputado MANOEL JUNIOR**

**PMDB/PB**